

CRIAR PONTES PARA A INCLUSÃO

FILOMENA PEREIRA

MANUELA MICAEL

Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência

RESUMO

Artigo de opinião no qual se reflete sobre os desafios da inclusão, tendo como mote o movimento de reorientação das escolas de ensino especial em Centros de Recursos para a Inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação Especial. Necessidades Educativas Especiais. Centros de Recursos para a Inclusão

CRIAR PONTES, *Fig.* unir, ligar, articular, colaborar, cooperar, reunir sinergias para superar dificuldades, para ultrapassar barreiras, para descobrir novos caminhos e novas soluções.

UM CAMINHO ANCORADO NA EXPERIÊNCIA

Por razões históricas, um grande número de instituições particulares de solidariedade social e de estabelecimentos particulares e cooperativos foram, ao longo dos anos, criando e desenvolvendo escolas de ensino especial. À medida que foi ganhando terreno o conceito de integração, e mais recentemente de inclusão, foram emergindo correntes sociais de defesa do direito das crianças e jovens com necessidades educativas especiais a uma educação não segregada, uma educação prestada nas escolas da sua área de residência e nas mesmas turmas frequentadas pelos seus irmãos, vizinhos e pares da comunidade local. Um movimento norteado pela convicção de que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças. Simultaneamente, manteve-se uma contracorrente que continuou, por diferentes razões e motivações, a defender que alunos especiais devem frequentar escolas especiais, fazendo dessas escolas um baluarte para a educação dos alunos com necessidades educativas especiais. Corporativismo por parte de alguns, insegurança e incerteza por parte de outros, preconceito por parte de outros ainda e receios, talvez, de todos eles.

Neste contexto, o poder político foi assumindo, de forma mais tímida ou

mais afirmativa, a defesa de uma escola inclusiva, ora limitando-se a seguir o discurso social dominante, ora liderando, em alguns momentos, iniciativas que irão um dia fazer a história da educação inclusiva em Portugal. A definição de medidas políticas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de parceria entre as escolas de ensino especial e as escolas do ensino regular, a par com medidas de inibição ao encaminhamento de alunos com NEE para escolas de ensino especial, obrigando a que a tomada de decisão decorresse sempre de uma análise compreensiva e casuística, balizada pela observância de condições previamente estabelecidas, teve como consequência uma progressiva diminuição do número de alunos a ingressar em escolas de ensino especial. Atualmente, esse número é absolutamente residual.

A criação de uma rede nacional de Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), em 2008, surgiu como corolário dessas medidas, constituindo-se como ponto de viragem decisivo no sentido da inclusão.

Ao fundar a construção de uma educação inclusiva não apenas na capacitação e responsabilização das escolas de ensino regular, mas convocando para a concretização desse desígnio todas as instituições das redes solidária e privada que através das suas escolas de ensino especial garantiram o direito à educação a gerações e gerações de alunos com necessidades educativas especiais, reconheceu-se que é possível ancorar a mudança na experiência acumulada no passado, potenciando recursos e saberes existentes e colocando-os ao serviço de um novo paradigma. E não se trata de um mero processo de transição. Trata-se de reconstruir a realidade existente a partir de novos fundamentos, crenças e valores. Reconstruir, por oposição a implodir e construir de novo.

O processo de reorientação das escolas de ensino especial para centros de recursos teve como premissa o reconhecimento de que o capital humano desenvolvido nas escolas de ensino especial não pode nem deve ser dispensado, mas sim colocado ao serviço da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Outra das premissas que esteve na base da tomada de decisão diz respeito ao reconhecimento de que a frequência de um sistema paralelo de educação contribui para a criação de condições que favorecem a exclusão social.

O funcionamento dos CRI assenta numa lógica de trabalho de parceria com os agrupamentos de escolas, tendo como finalidade responder às necessidades por estas identificadas em domínios tão diversos como a avaliação especializada, a elaboração de programas educativos, a preparação da transição para a vida pós-escolar, o desenvolvimento de ações de apoio à família e as terapias. O trabalho de parceria, a par dos outros princípios definidos como estruturantes para o funcionamento dos CRI: (i) serviço de proximidade; (ii) serviço de retaguarda; (iii) intervenção nas pessoas e nos contextos; vieram a revelar-se determinantes para um apoio efetivo à promoção da participação dos alunos com NEE. A aposta no que se prende com inclusão joga-se, assim, no binómio acesso-qualidade. Acesso a uma educação inclusiva de qualidade.

A garantia de que o MEC continua empenhado em prosseguir políticas inclusivas é-nos dada pela recente realização de um novo processo de acreditação a CRI, que teve lugar entre os meses de abril e maio de 2013, e do qual resultou um alargamento da rede nacional que conta atualmente com 90 centros de recursos.

UMA NOVA GEOGRAFIA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação inclusiva, enquanto princípio ideológico de cariz humanista, não é conciliável com sectarismos, com fundamentalismos, nem tão-pouco com visões românticas e idílicas da educação. A educação inclusiva não surgiu com uma epifania, nem divide o mundo em escolas boas e escolas más. Em cada momento da sua história as sociedades vão encontrando respostas e soluções que decorrem de uma constelação de situações, muitas das quais ficam cristalizadas nesse espaço e nesse tempo, pelo que as opções tomadas e os caminhos trilhados têm de ser compreendidos e discutidos no quadro sócio temporal em que ocorreram.

Nesse sentido, também a génese deste novo paradigma só pode ser encontrada na própria evolução da sociedade, numa sociedade de maturidade democrática e cívica que se pauta pela defesa dos direitos humanos e da igualdade de oportunidade. A escola inclusiva emerge assim como reflexo dos princípios e valores preconizados pela sociedade, mas também como meio ideal para os difundir e reproduzir. A escola inclusiva, a escola que não deixa ninguém para trás, como origem e consequência, como ponto de partida, mas também de chegada, da inclusão.

Não reconhecer o papel que as escolas de ensino especial desempenharam no nosso país, apagando ou julgando o passado à luz da matriz ideológica da atual sociedade, são normalmente os ingredientes usados na construção de uma narrativa assente em visões dicotómicas e redutoras da realidade ou enformada por inaceitáveis erros anacrónicos.

Outro erro comum consiste em considerar a educação inclusiva e a educação especial como conceitos antagónicos, mutuamente exclusivos. Uma escola inclusiva é uma escola que acolhe e responde às diferentes necessidades dos seus alunos, assegurando uma educação de qualidade a todos, através da introdução de mudanças no contexto educativo. E se para alguns alunos as respostas podem situar-se unicamente ao nível do projeto educativo de escola ou de turma, para muitos alunos com necessidades educativas especiais torna-se necessário que as respostas sejam equacionadas, também, no quadro de um Programa Educativo Individual, com a necessária mobilização de apoios de educação especial. A educação especial constitui mais um recurso da escola a ser colocado ao serviço da inclusão.

É neste contexto, também, que se integram os Centros de Recursos para a

Inclusão. A criação de uma rede nacional de CRI veio alterar, definitivamente, os papéis tradicionalmente atribuídos às escolas de ensino especial e às escolas de ensino regular, reconfigurando a geografia das relações entre estas instituições e de cada uma, ou de ambas enquanto parceiras, com os alunos com NEE.

Dois sistemas educativos tradicionalmente paralelos. Um desígnio comum. E porque só as parcerias permitem desafiar a lógica matemática mais elementar, fazendo com que o todo seja maior que a soma das partes, estão criadas as pontes... pontes para a inclusão.

BIBLIOGRAFIAS

- Bairrão, J., Felgueiras, I., Fontes, P., Pereira, F., & Vilhena, C. (1998). *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais: Subsídios para o Sistema de Educação*. Lisboa: CNE.
- Capucha, L., & Pereira, F. (2007). Educação Especial e Escola para Todos: das Palavras aos Actos. In *Integração das Pessoas com Deficiência* (pp. 83-100). Lisboa: DGEEP.
- Crespo, A., Croca, F., Breia, G., & Micaelo, M. (2011). *Educação Inclusiva e Educação Especial – Um Guia para Diretores*. Lisboa: DGIDC.
- Pereira, F. (2004). Práticas em Educação Especial: O Sentido da Mudança. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 11(1), 7-18.
- Pereira, F., & Franco, G. (2004). O Papel das Escolas Especiais no Apoio à Escola Regular: Retrato da Situação. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 11(2), 67-74.
- Pereira, F., & Breia, G. (2005). Subsídios para o Conhecimento do Sistema na Área dos Estabelecimentos de Educação Especial. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 12(2), 111-118.
- Parecer n.º 3/99 - *Crianças e alunos com necessidades educativas especiais*. CNE. Diário da República II Série, N.º 40-17/02/1999.
- Ruivo, J. B. (1999). Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais – Subsídios para o Sistema de Educação. In *Educação Inclusiva a Partir da Escola Que Temos* (pp. 37-63). Lisboa: CNE.